

GT: Direitos Humanos e Estudos Étnico-Raciais

Solidão da mulher negra: intersecções entre raça, gênero e classe

Ana Cláudia Marques de Oliveira¹
Evelyn Secco Faquin²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e aborda a solidão da mulher negra a partir das intersecções entre raça, gênero e classe social. A escolha do tema surge da trajetória da pesquisadora como mulher negra e da inquietação em compreender como essa solidão é vivida e quais são as razões que a explicam. O objetivo principal é compreender a solidão das mulheres negras considerando o entrelaçamento desses marcadores sociais.

O estudo foi dividido em duas etapas: a primeira fase consiste em revisão bibliográfica, apresentando conceitos pertinentes à temática, realizando a contextualização sócio-histórica das mulheres negras no Brasil, fundamentada principalmente em autoras feministas negras. Na segunda etapa foram entrevistadas cinco mulheres negras residentes em Londrina e Apucarana, com idades entre 22 e 59 anos, a seleção das participantes se deu por meio da técnica bola de neve. A perspectiva interseccional revela-se fundamental para compreender como raça, gênero e classe se articulam na produção dessa solidão estrutural, mantendo mulheres negras em posição de subalternidade e exclusão dos ideais de afeto e cuidado.

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: anaclaudiamqrsoliveira@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: evelynsecco@uel.br.

2 A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA

A solidão da mulher negra não se restringe à ausência de relações afetivas, mas configura-se como um processo que atravessa diferentes campos da vida dessas mulheres, como o mercado de trabalho, as relações familiares, os espaços de lazer e a universidade. É uma experiência que pode se manifestar em todos os espaços que permeiam suas existências. Compreender essa realidade exige um olhar atento às vivências de mulheres negras, reconhecendo que suas trajetórias são historicamente marcadas por um sistema indissociável de opressões que é patriarcal, racista e capitalista.

Essa estrutura posiciona historicamente as mulheres negras em uma lógica perversa em relação aos ideais de afeto, cuidado e construção familiar. Enquanto as mulheres brancas foram associadas ao casamento e a proteção, as mulheres negras foram empurradas para os espaços do trabalho doméstico, da erotização e do chamado “mercado do sexo” (Pacheco, 2013, p. 25)

Segundo Saffioti (2015), o patriarcado é um sistema de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres. Esse regime não esteve sempre presente na história da sociedade, mas foi constituído conforme as transformações sociais ocorreram, especialmente quando a relação dos seres humanos com a natureza deixou de ser uma relação de equilíbrio e passou a ser uma relação de controle, que se estendeu aos animais, aos corpos e ao processo de reprodução.

Essa estrutura do patriarcado está aliada ao capitalismo e ao racismo, formando um sistema indissociável de opressão, o que contribui para a sustentação desse regime é a naturalização dos papéis de gênero na sociedade que responsabiliza as mulheres pelo cuidado dos filhos e pelos afazeres domésticos. O patriarcado serve aos interesses da classe dominante, para a qual é viável e necessário essa naturalização dos processos socioculturais que oprimem mulheres e outros grupos considerados inferiores, a fim de que o poder permaneça com o homem branco, heterossexual e rico (Saffioti, 2001).

No contexto brasileiro, a opressão de gênero, classe e raça esteve presente desde o período colonial. A história da mulher negra no Brasil foi construída em meio

a múltiplas violências, desde o trabalho escravo até a violação sexual de seus corpos. Nascimento (2021) explica que, enquanto a mulher branca era vista como esposa e mãe, as mulheres negras eram exploradas, reduzidas a corpos disponíveis para o prazer e o trabalho, não sendo consideradas como parte das estruturas familiares.

Portanto, é preciso compreender a realidade dessas mulheres para além do gênero, considerando outros fatores como raça e classe. Mulheres negras, integrantes de movimentos sociais, como Lélia Gonzalez, se apropriaram das ideias centrais da interseccionalidade, porém sem se utilizar da nomenclatura, ainda assim, tinham a compreensão de raça, classe e gênero como dimensões indissociáveis. O conceito foi criado por Crenshaw em 1989, que definiu interseccionalidade como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw *apud* Akotirene, 2019, p. 42).

Essa estrutura de dominação racista, patriarcal e capitalista influenciou também a forma como as mulheres negras no Brasil vivenciam suas relações afetivas e sociais. As experiências afetivas das mulheres negras estão relacionadas ao racismo estrutural, que define hierarquias sociais, regula preferências e legitima a inclusão subordinada. De acordo com Oliveira (2021) o racismo estrutural não se limita a comportamentos individuais ou a práticas institucionais isoladas, mas deve ser compreendido como expressão de uma estrutura sócio-histórica que organiza a produção e a reprodução das riquezas na sociedade. Nesse sentido, suas raízes estão na própria base material das relações sociais, que, historicamente, produz e mantém desigualdades, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros.

Pacheco (2013, p. 51), aborda que expressões populares como “branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” são reafirmadas, legitimadas na obra freyreana³ e funcionam como fatores que estruturam práticas sociais e afetivas dos indivíduos. Ela destaca que a prática cultural tida como miscigenação brasileira, representada como uma harmonia racial, ocorre predominantemente por uma

³ Gilberto Freyre, autor de *Casa-Grande & Senzala* (1933).

preferência afetiva e conjugal de homens negros por mulheres brancas, do que o inverso, o que contraria a abordagem freyreana que defende a ideia de uma democratização das relações sexuais e raciais no Brasil.

Contrariando Freyre, a autora questiona: se as relações interracializadas fossem de fato democráticas, como explicar, dentro dessa lógica, a solidão da mulher negra no Brasil? Ela defende que os marcadores de raça e gênero combinados, afetam mais as mulheres negras do ponto de vista de uma inclusão perversa no campo afetivo e sociocultural, em comparação a outros grupos.

Contudo, Pacheco (2013), também indica que essa solidão também pode ser vista como uma resistência. Mesmo sendo colocadas à margem das relações afetivas, muitas mulheres negras constroem outras formas de existir, viver o afeto e criar redes. A solidão, nesse sentido, não é apenas um sentimento individual, mas o reflexo de um processo estrutural e coletivo, que atravessa o racismo, o sexismo e a desigualdade de classe. Entender essa realidade exige olhar para as intersecções entre esses marcadores sociais, que produzem uma inclusão social perversa que não é nova, mas que se reinventa até os dias atuais.

O conteúdo das entrevistas realizadas revela um padrão nas experiências de solidão relatadas por essas mulheres. Em todos os casos, as participantes relataram ter vivido situações de solidão em algum momento, em diferentes ambientes e períodos da vida, o que evidencia que essa solidão se manifesta para além do campo afetivo-amoroso. Segundo as entrevistadas trata-se de uma solidão presente no meio acadêmico, nas amizades, em ambientes religiosos, entre outros espaços que permeiam a existência dessas mulheres. Nas falas das participantes, fica evidente a presença do racismo, episódios de bullying e experiências nas quais se sentiram invisibilizadas por serem mulheres, negras e de determinada classe social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou que a solidão da mulher negra não se trata de episódios isolados vivenciados por essas mulheres, mas resulta de um processo estrutural, que vai desde a formação sócio-histórica do país até a matriz de dominação de um sistema racista, patriarcal e capitalista. A partir da revisão

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

bibliográfica e das entrevistas realizadas com as cinco mulheres que se autodeclararam negras, constatou-se que situações de solidão são vivenciadas em diversos espaços de existência. As narrativas das participantes evidenciam que os marcadores de raça, gênero e classe operam de forma combinada, posicionando essas mulheres em uma lógica perversa, distante dos ideais de afeto historicamente reservados a outros grupos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.